



Brasília, 30 de abril de 2019.

**CCJ RETOMOU VOTAÇÃO DE RELATÓRIO DA PEC 06/19 NO DIA 23.04.2019  
INSTALADA A COMISSÃO ESPECIAL DIA 25.04.2019**

Na retomada da votação foram apresentados 13 votos em separado, contestando o parecer e questionando pontos da reforma que podem ser considerados inconstitucionais ou estão desvinculados da Previdência Social. O texto retirou da Constituição vários dispositivos que hoje regem a Previdência Social, transferindo a regulamentação para lei complementar. A proposta apresentada suprime direitos sociais conquistados ao longo dos anos e altera o sistema de repartição pelo de capitalização.

Segundo o governo, a reforma tem o objetivo de reduzir despesas e combater privilégios, mas na verdade penaliza duramente o trabalhador e não protege a população dos riscos sociais, aumenta as desigualdades, desrespeita regras de transição de Emendas Constitucionais anteriores, cria contribuição ordinária progressiva e também a possibilidade de contribuição extraordinária do servidor, aposentado e pensionista.

A PEC significa o fim da aposentadoria por tempo de contribuição para todos (as) trabalhadores e trabalhadoras. A tabela de contribuição (trabalhadores e servidores públicos) passa a ser construída por faixas, com alíquotas escalonadas e crescentes. Para os servidores públicos, alíquotas vão de 7,5% até 22%, contra os atuais 11% à 14%. A idade mínima aumenta imediatamente para todos, em especial para mulheres, trabalhadoras rurais e professoras. Mesmo com o pedido de mandado de segurança pelos deputados federais da oposição na Justiça para impedir a votação do texto de reforma na CCJ, não houve considerações e foi aprovado.

**Na aprovação na CCJ houve alteração de 4 pontos:**

- 1) o trecho que iria acabar com a obrigatoriedade de as empresas depositarem o FGTS para funcionários que recebem alguma aposentadoria, mas continuam trabalhando e a exigência do pagamento da multa de 40% sobre o FGTS em caso de demissão de funcionário já aposentado, deixando tudo como é hoje;
- 2) também foi retirado trecho que mudava a aposentadoria compulsória por lei complementar — que exige menos votos do que emenda à Constituição, como é hoje. Se fosse mantida, a idade máxima para aposentadoria dos servidores seria definida pelo governo e poderia ter impacto na composição dos ministros do Supremo. Recentemente, a idade máxima foi elevada de 70 para 75 anos, o que permitiu que os ministros do Supremo Tribunal Federal e de outros tribunais ficassem mais tempo no cargo;
- 3) outra mudança está no item que dava exclusividade ao governo de apresentar projeto de lei complementar (desconstitucionalização) para mudar as regras da Previdência. Isso passa a ser compartilhado com o Congresso; e



4) o governo também recuou na parte que excluía o foro de Brasília para resolver questões judiciais contra a União envolvendo a Previdência (foro nacional).

### **Comissão Especial**

Instalada a Comissão Especial sobre a reforma da Previdência após a aprovação da admissibilidade da PEC 06/19 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aprovado por 48 votos a favor e 18 contra, a Reforma da Previdência na noite de terça-feira (23/04).

A Comissão Especial que vai analisar o mérito que foi instalada na quinta-feira (25/04), e o presidente escolhido foi o deputado Marcelo Ramos (PR-AM). A relatoria ficará com o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP).

A Tramitação agora passa a ser na Comissão Especial e terá até 40 sessões para concluir seus trabalhos. As primeiras 10 sessões são para apresentação de emendas de alteração da PEC 06/19. Se aprovada, a proposta de reforma da Previdência será analisada pelo Plenário da Câmara em dois turnos de votação e precisa de pelo menos 308 votos para aprovação. Caso isso aconteça, o texto seguirá para o Senado.

A FASUBRA orienta que as bases sindicais procurem os parlamentares de seus Estados para que possam conquistar o seu apoio e barrar a reforma da Previdência na Comissão Especial.

## **SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA SEGURIDADE DA MULHER DISCUTE PLANO DE TRABALHO**

A Subcomissão Especial da Seguridade Social da Mulher é presidida pela deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS) e tem a tarefa de discutir o impacto da PEC 06/19 sobre a vida das mulheres. A deputada pretende promover debates inovadores, ressaltando vários segmentos, como por exemplo, mulheres encarceradas, empregadas domésticas, indígenas, trabalhadoras rurais, entre outras. “Queremos ouvi-las! É preciso dar voz a estes segmentos femininos”, afirmou.

Reunião Deliberativa de apreciação e sugestões para alterações no Plano de Trabalho com propostas para realização de Audiências Públicas nos Estados e de outros eventos foi realizada na última semana.

A FASUBRA vem participando das discussões como convidada.

## **A FASUBRA SINDICAL ACOMPANHOU O DEBATE “REFORMA DA PREVIDÊNCIA” NA SEDE DO SINPRO-DF (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL)**



No dia 24 de abril de 2019, a FASUBRA esteve presente no debate “Reforma da Previdência: o fim do seu direito à aposentadoria”.

O palestrante Marcos Rogério – advogado, da ABJD (Associação Brasileira de Juristas pela Democracia), falou sobre a proposta que está sendo discutida e que destrói o modelo de Seguridade Social. Ele recorda que foi uma conquista dos trabalhadores com muito sacrifício desde 1988. Marcos destacou os pontos que mais afetam os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, caso a PEC 06/19 seja aprovada.

“A Constituição criou um sistema que coloca no centro o valor social do trabalho, a dignidade da pessoa humana, coloca a justiça social como centro do modelo econômico. Ela garante o sistema de proteção dos trabalhadores, se um trabalhador perde por algum motivo a sua capacidade de trabalho, seja por motivo de doença ou outro motivo, o sistema atual protege esse trabalhador, pois a Seguridade Social envolve a Saúde, a Assistência e a Previdência. A proposta de Bolsonaro destrói esse pilar central da Constituição que é o sistema de proteção social. É um ataque ao estado de bem-estar social e não podemos abrir mão disso”, afirmou.

De acordo com o advogado, o sistema de Assistência Social acolhe os mais necessitados, para enfrentar a pobreza, a miséria. “O BPC (Benefício de Prestação Continuada) é o principal instrumento que protege os idosos com mais de 65 anos e as pessoas com deficiência. A reforma tira da Constituição a referência ao BPC e coloca no lugar uma renda mínima, que reduz para R\$ 400,00 a renda dos idosos pobres acima de 60 anos. Essa renda só alcança um salário mínimo aos 70 anos, já que a média de pessoas em estado de pobreza vivem geralmente até os 73 anos. É uma lógica muito cruel que ataca o pedacinho da sociedade que mais precisa e é mais vulnerável”, explicou.

Em relação ao ataque ao trabalhador e trabalhadora rural, Marcos disse que a proposta passa a obrigar que esses trabalhadores comprovem efetivamente a contribuição e não o tempo de serviço, o que, em sua análise, expulsa da Previdência milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais. “Essa lógica é para o trabalhador de carteira assinada e não se aplica ao campo. É um projeto que vai mudar a cara do país. Vai voltar para o campo aquelas cenas de que o campo era visto como símbolo maior de atraso. A PEC 06/19 ataca os mais pobres, não tem nada a ver com privilégios”, reforçou.

O palestrante também disse que a mulher trabalhadora será duplamente prejudicada. “Hoje ela aposenta com 55 anos e com a reforma passará para 60 anos, mostrando que o governo não tem nenhuma sensibilidade para a pauta das mulheres”.

Uma outra forma de exclusão que a reforma da Previdência cria é aumentar a carência de 15 para 20 anos de contribuição. “Ao elevar para 20 anos, o pobre é excluído da Previdência. Essas pessoas não conseguem comprovar 15 anos de contribuição, com 20 anos não terá a menor chance. São as pessoas que estão na informalidade. Além disso, cerca de 70% das mulheres não vão conseguir se aposentar com 20 anos de contribuição por conta da dupla jornada, da maternidade, entre outros aspectos”, afirmou.



## **DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO**

O dia 24 de abril marcou o “Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação”, com mobilizações e paralisações das entidades de base nas IPE (Instituições Públicas de Ensino) em todo o país. O dia foi de preparação para a greve geral do setor da educação, marcada para o dia 15 de maio de 2019. Os trabalhadores e trabalhadoras em educação realizaram atos contra a destruição da Previdência Social, prevista na PEC 06/19, e também contra todos os retrocessos e ataques à educação, uma das áreas mais afetadas pelo atual (des) governo.

Durante a reunião ampliada da categoria, entre a Direção da FASUBRA e dirigentes de entidades de base, realizada nos dias 12 e 13 de abril em Brasília, foram debatidos os seguintes encaminhamentos de luta em defesa das IPE:

- Defesa da Autonomia Universitária.
- Campanha pela Democracia das IPE: Reitor Eleito, Reitor empossado.
- Não à Lava jato da Educação.
- Construção de um Encontro Nacional do Setor da Educação.

## **LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR PELA VALORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS**

No último dia 24, a FASUBRA Sindical participou no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, do lançamento da Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais. A Frente é composta por 250 deputados federais e mais de 10 senadores. No lançamento estiveram presentes 75 deputados e 5 senadores, além de reitores, professores, estudantes (UNE e ANPG), Técnico-Administrativos em Educação e representantes de entidades da área educacional. A FASUBRA compôs a mesa e falou da importância da revogação da EC 95, da democracia nas universidades federais, entre outros assuntos. A bandeira da Federação é por uma educação gratuita e de qualidade.

A cerimônia de lançamento da frente destacou as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas IES públicas. A presidente da Frente, deputada Margarida Salomão (PT/MG) falou sobre a importância da defesa das universidades, conclamando os parlamentares a participarem ativamente das reuniões da Câmara e do Senado que tratem de questões relativas ao ensino superior, também salientou a importância da atuação dos reitores, tanto nos atos em Brasília, quanto em suas regiões, buscando o apoio de representantes políticos e da sociedade civil.



A finalidade da Frente é a valorização das Universidades Públicas, denunciar o desmonte do ensino superior, o desrespeito a democracia e autonomia universitária como também construir a resistência aos ataques que as universidades vêm sofrendo.

Ataques esses que poderão provocar incalculáveis prejuízos ao desenvolvimento intelectual, científico, tecnológico e cultural.

O Ministério da Educação (MEC) vem se negando a efetivar a nomeação de reitores após consultas nas universidades, desvinculando recursos para a educação e militarizando nas escolas. Tendo como plano de fundo o desmonte da educação pública e a perseguição ideológica, o MEC abre cada vez mais espaço para o Ensino Domiciliar e o projeto Escola sem Partido, intensificando o aprofundamento das políticas de mercantilização e privatização da educação no país.

## **AUDIÊNCIA DISCUTE PLANOS DE SAÚDE E A CRESCENTE POPULAÇÃO IDOSA**

A FASUBRA Sindical esteve presente na audiência pública, no dia 24 de abril de 2019, para discutir os planos de saúde e a crescente população idosa no Brasil. A audiência foi realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e contou com a participação de entidades sindicais, 24 deputados (as) federais e diversos órgãos de defesa do consumidor.

Para o deputado Alexandre Padilha (PT/SP), ex-ministro da Saúde, a população de mulheres acima de 60 anos sofre discriminação e dificuldades para ter atendimento médico e ainda sofre com o excesso de pedidos de exames que, na maioria das vezes, são repetidos e nem sempre necessários. Outra afirmação de Padilha é que os planos de saúde e hospitais fazem segmentação e não aceitam, geralmente, usuários com doenças pré-existentes ou crônicas.

Sobre os reajustes abusivos, representantes da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) explicaram que a Agência não interfere nos preços dos planos empresariais, apenas nos individuais e que isso gera um grande número de reclamações de consumidores à ANS.

Para a presidente da Comissão, deputada Lídice da Mata (PSB/BA), é necessário que os planos de saúde respeitem o Estatuto do Idoso e aprendam a tratar as pessoas com mais de 60 anos com dignidade para que não sofram em momentos tão difíceis de suas vidas. Outra constatação é que o idoso, quando necessário, não recebe os cuidados que precisa no dia a dia e que o mercado é excludente para a melhor idade e não leva em conta nem a participação em planos antigos.

A audiência pública extraordinária foi solicitada pela deputada Lídice da Mata e contou com as presenças do secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União – TCU, Carlos Augusto de Melo Ferraz; do diretor-executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde, José Cechin; da advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec Ana Carolina Fernandes da Cunha; das representantes da ANS Daniela Rodrigues Campos e Ana Paulo Silva Cavalcante; do coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria



Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça – Senacon, Andrey Freitas; e do presidente da Federação Brasileira de Órgãos de Defesa do Consumidor – Febracon, Ricardo Dias Holanda.

## **A FASUBRA SINDICAL ESTEVE PRESENTE NO ACAMPAMENTO TERRA LIVRE, NO DIA 25 DE ABRIL DE 2019**

Aproximadamente 4 mil Indígenas de todas Etnias e regiões do País participaram em Brasília da 15ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL). Conforme a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), 2019 iniciou um contexto gravíssimo, com a edição da Medida Provisória (MP) 870, que desmontou a FUNAI, órgão responsável pela política indigenista do Estado brasileiro, transferindo o mesmo, do Ministério da Justiça para o recém-criado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Para Sonia Guajajara, o discurso oficial do governo Bolsonaro retoma uma política da época da ditadura de integração do índio à sociedade. “O que está em disputa hoje é a terra. Bolsonaro disse que a cavalaria do Brasil, ao contrário da americana, é incompetente, por não ter conseguido exterminar os indígenas. Mas estamos aqui em Brasília para mostrar que a resistência é muito maior do que se imagina”, ressalta.

“Essa mesma medida retirou as atribuições de demarcação de terras indígenas e o licenciamento ambiental nas Terras indígenas da FUNAI e entregou para a Secretaria de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, sob comando da bancada ruralista. Daí seguiu-se uma série de ataques e invasões articuladas contra as terras indígenas, perseguição e expressão de racismo e intolerância aos nossos povos e nossas vidas”, destaca.

“Querem entregar nossos territórios para as grandes empresas multinacionais”, denuncia Sônia Guajajara. A indígena ainda aponta que estas empresas consideram apenas o lucro e a ganância. “O que importa para estas empresas e o governo é o PIB, a bolsa de valores. Mas nós, defendemos nossa terra, nossa vida”, destaca.

Os indígenas pedem a demarcação de terras e a manutenção de direitos básicos, como a demarcação dos territórios, o acesso à saúde e à educação. Nos três dias de ATL foi realizado vigília no STF; audiência pública na Câmara dos Deputados para debater “O papel dos povos indígenas na proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável e as consequências da MP 870/19”; saudações dos movimentos sociais nacionais e internacionais; plenária nacional das mulheres indígenas, entre outros. O evento aprovou a agenda de lutas.

Os povos indígenas realizaram uma marcha na Esplanada dos Ministérios, para protestar contra os ataques do governo Bolsonaro. O evento que ocorre anualmente, iniciou na quarta-feira (24) e terminou no dia (26) com a aprovação do documento final, além de uma noite cultural, com apresentações indígenas e não indígenas. O tema deste ano foi “Sangue indígena, nenhuma gota a



mais”. A FASUBRA Sindical esteve presente no ATL, na tarde de quinta-feira (25), e acompanhou parte da programação.

## **NOTA DE REPÚDIO: ATAQUES SUCESSIVOS À EDUCAÇÃO AGRIDEM EDUCADORES**

Os trabalhadores e trabalhadoras em Educação anunciam greve geral a partir do dia 15 de maio em todo o país contra os retrocessos e ataques do governo Bolsonaro ao setor. E o governo não para. Na última semana, as declarações tanto do presidente quanto do ministro da Educação, Abraham Weintraub, não agradaram educadores, entidades acadêmicas e entidades sindicais, entre elas a FASUBRA.

Nota de repúdio conjunta da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (Anpof) e assinada por outras 27 associações de pesquisadores de áreas de humanidades, como ciências sociais, educação, jornalismo, religiões, cultura e psicologia, destaca que “as declarações do ministro e do presidente revelam ignorância sobre os estudos na área, sobre sua relevância, seus custos, seu público e ainda sobre a natureza da universidade”.

“O ministro e o presidente ignoram a natureza dos conhecimentos da área de humanidades e exibem uma visão tacanha de formação ao supor que enfermeiros, médicos veterinários, engenheiros e médicos não tenham de aprender sobre seu próprio contexto social nem sobre ética, por exemplo, para tomar decisões adequadas e moralmente justificadas em seu campo de atuação. Ignoram que os estudantes das universidades públicas, e principalmente na área de humanidades, são predominantemente provenientes das camadas de mais baixa renda da população. Ignoram, por fim, a autonomia universitária, garantida constitucionalmente, quando sugerem o fechamento arbitrário de cursos de graduação”, diz a nota.

No último sábado (28/04), o presidente Bolsonaro divulgou em uma rede social um vídeo de uma professora em sala de aula, filmado por uma aluna, seguido da frase: “Professor tem que ensinar e não doutrinar”. Ao comentar o episódio ao jornal O Estado de S. Paulo, o ministro da Educação disse que filmar professores em sala de aula é um direito dos alunos porque se trata “da liberdade individual de cada um”.

A FASUBRA Sindical se junta às Instituições contra os sucessivos ataques à Educação e reforça sua defesa por uma educação pública, democrática, gratuita e de qualidade.

[Veja a nota na íntegra](#)

## **FASUBRA SINDICAL LAMENTA CENSURA A CAMPANHAS PÚBLICAS**

Uma campanha publicitária do Banco do Brasil de 30 segundos, que já estava no ar e era voltada para o público jovem, com atores negros e brancos, representando a diversidade do país, foi censurada



pelo presidente Bolsonaro no último dia 25 de abril e retirada do ar. O diretor de Comunicação e Marketing do BB, Delano Valentim, acabou sendo demitido com o episódio. A informação foi divulgada pelo jornal O Globo.

Um dia após o veto, o governo chegou a anunciar que as campanhas publicitárias das estatais e ministérios passariam pelo crivo do Palácio do Planalto, mas voltou atrás porque reconheceu que a medida fere a lei das estatais.

Esta não é a primeira vez que o governo censura campanhas publicitárias, como ocorreu com cartilha do Ministério da Saúde no início do ano voltada para mulheres trans e, logo em seguida, no carnaval.

A FASUBRA Sindical lamenta o que vem ocorrendo no país, pois considera que a censura é completamente incompatível com a expressão de liberdade e a democracia. Com base em critérios morais ou políticos, o governo vem buscando manipular a sociedade brasileira, o que representa um retrocesso sem precedentes.

### **ABAIXO ASSINADO: AINDA NÃO FEZ A SUA PARTE? JUNTE-SE A ESTA LUTA!**

As centrais sindicais lançaram a campanha nacional de coleta de assinaturas contra a destruição da Previdência Social. As entidades de base devem participar ativamente e coletar assinaturas em todo o país contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/19.

A medida faz parte do calendário de ações contra a reforma da Previdência e busca mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras, rumo à greve geral, além de esclarecer a população o quanto a proposta é perversa.

Após as assinaturas, as centrais sindicais irão entregar o documento ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, no dia 1º de maio, na intenção de barrar a PEC 06/19.

[Imprima o abaixo-assinado e recolha o maior número de assinaturas.](#)

A FASUBRA orienta as Bases Sindicais que realizem um dia de Greve Geral da Educação no dia 15 de maio de 2019.

### **RELATÓRIO DA REUNIÃO DO FONASEFE 23.04.2019**

Entidades presentes: ASFOC/SN (Paulo Garrido); FENASPS (Laurizete Gusmão e Giulio Cesar); SINASEFE (Janaina Fanchin, David Lobão e Paulo Reis); SINAIT (Marco Aurélio); Fenajufe (Edmilton); ANDES-SN (Antônio Gonçalves, Eblin Farage, Fernando Júnior, Katia Vallina); CSP-Conlutas (Saulo Arcangeli), SINDRECEITA (Breno Rocha)

Pauta aprovada:





- 1) Informes e avaliação de Conjuntura;
- 2) Mobilização contra a Reforma da Previdência e MP 873/19; e
- 3) Outros assuntos e encaminhamentos

Iniciou-se a reunião às 17h45 e os trabalhos da Mesa Diretora ficaram sob responsabilidade de Laurizete Gusmão (FENASPS) e Saulo Arcangeli (CSP CONLUTAS)

- 1) Informes e Avaliação da Conjuntura.

As entidades apresentaram seus informes sobre a mobilização contra a Reforma da Previdência e a MP 873/19, seus calendários de luta e os dirigentes fizeram uma análise da conjuntura nacional e os desafios de organização das bases para o enfrentamento à reforma.

- 2) Mobilização contra a Reforma da Previdência e a MP 873/19

Foi feito um balanço por parte das entidades sobre o cumprimento do calendário de mobilização nos estados, as atividades semanais no aeroporto de Brasília e o trabalho no Congresso Nacional (inclusive dia de hoje-votação da Reforma da Previdência na CCJ). Com a ida da Reforma da Previdência para a Comissão Especial, verificou-se a necessidade de fortalecer a campanha contra a Reforma da Previdência a partir das nossas entidades e na participação nos fóruns e comitês de luta nos estados.

- 3) Outros assuntos e encaminhamentos

- Criação de uma comissão (ANDES e ASFOC) que confeccione peças de mídia do Fonasefe contra a Reforma da Previdência (spot de rádio, outdoor padronizado, criação de uma arte e música para a campanha etc...)
- Ratificamos a necessidade de intensificar o trabalho de recepção dos parlamentares no aeroporto de Brasília (segundas-feiras à tarde) e (terças-feiras manhã) e, também no retorno aos seus estados, a ser garantido pelas entidades que compõem o FONASFE e suas entidades filiadas nos estados;
- Ratificar a necessidade de elaborar um mapeamento dos deputados já visitados pelas entidades do Fonasefe, com um quadro das suas posições (apresentar na próxima reunião do Fonasefe, no dia 07.05);
- Próxima reunião do Fonasefe: 07.05.19, às 16h, na sede do ANDES, com a seguinte proposta de pauta: 1) Informes e Avaliação de Conjuntura; 2) Mobilização e Campanha de Mídia contra a Reforma da Previdência; 03) Outros assuntos

**Calendário:**

- 30/04: Dia Nacional de Luta nas bases do Sinasefe
- 01/05: Dia Internacional do Trabalhador contra a Reforma da Previdência e contra o desemprego
- 15/05: Dia nacional de Luta na Educação (greve na educação) e no serviço público (com mobilizações, assembleias e atos) contra a Reforma da Previdência, rumo à greve geral.
- 22/05: Reunião com o Presidente do STF Dias Tofoli (apresentação da pauta da campanha salarial 2019 dos SPF's)
- 13/06: Data do julgamento da data base do funcionalismo no STF. O FONASEFE e FONACATE devem elaborar campanha específica para essa reivindicação.
- 25/07 :Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.

Relatório elaborado por e Saulo Arcangeli (CSP CONLUTAS).

FONASEFE

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

MAIO	
1º	Dia de Luta do Trabalhador: Dia Nacional de luta unificado contra a Reforma da Previdência e MP 873/19
13	Dia Nacional de Luta com atos e ou manifestações no município onde mora o parlamentar membro da comissão mista MP 873
15	Greve geral do setor da educação em todo o país.